

De Alexandre Herculano
à Carta de Veneza

NOTAS

¹ Cf. David Mourão-Ferreira, *Alexandre Herculano e a Valorização do Património Cultural Português*, Lisboa, SEC, 1977 e Cândido Beirante/Jorge Custódio, *Alexandre Herculano. Um Homem e uma Ideologia na Construção de Portugal*, Antologia, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978, pp. 77-78.

² In Teófilo Braga, *História do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Ulmeiro, 1984, p. 280.

³ Estas ideias transparecem desde o primeiro número de *O Panorama* (Tomo 1, n.º 1, 6 de Maio, p. 2, Lisboa, 1837), num artigo que atribuímos a Herculano, intitulado «A Architectura Gótica». Aí refere que «os velhos mosteiros do Minho e da Beira estão há muito convertidos em casarios semelhantes a alojamentos de soldados; e os templos veneráveis da Idade Média se derrubaram para em lugar deles se alevantarem salas ou armazéns, de mais ou menos âmbito, porém onde nem uma pedra fala do passado, onde nada respira uma ideia religiosa [...]». Para salvar o que ainda resta, cumpria que o Governo e as municipalidades vigiassem pela conservação destes monumentos e pudessem coibir essas bárbaras demolições».

⁴ Cf. «Os Monumentos», (I), n.º 69, pp. 266-268 e «Os Monumentos», (II), n.º 70, pp. 275-277, in vol. II, Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1838 e «Mais um brado a favor dos monumentos» (I e II), vol. III, n.º 93, pp. 43-45 e n.º 94, pp. 50-52, idem, 1839.

⁵ Cf. Alexandre Herculano, *Opúsculos*, vol. II, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d. [1872-1873]. Vide, ainda, a comparação entre os textos de 1838-1839 e de 1872-1873, em Alexandre Herculano, *Opúsculos* (edição crítica, organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia), Lisboa, Ed. Presença, 1982.

⁶ Cf. sobre este assunto, José-Augusto França, «A Cultura Estética», in *A Arte em Portugal no Século XIX*, vol. I, Lisboa, Livraria Bertrand, 1966, pp. 83-95.

⁷ *Colecção de Leis de 1800 a 1802*, p. 262. Augusto França refere que a iniciativa desta lei se deveu ao ministro Visconde de Balsemão a favor do então bibliotecário António Ribeiro dos Santos. A lei, contudo, foi assinada pelo Conde de Linhares, então presidente do Real Erário (1801-1803).

⁸ O *Boletim Oficial de Instrução Pública*, publicado em Lisboa, pela Imprensa Nacional, contém os relatórios da Inspeção e diversas referências a escavações arqueológicas, que eram da competência do bibliotecário responsável.

⁹ Cf. Augusto França, obra citada, pp. 86, 90, e vol. II, nota 200, p. 391.

¹⁰ José da Cunha Taborda, «Memória dos mais famosos pintores portugueses», in *Regras da Arte da Pintura*, de Prunetti, Lisboa, 1815; Almeida Garrett, «Ensaio sobre a História da Pintura», in *O Retrato de Vénus*, Lisboa, 1821-1822.

¹¹ «Depois da revolução que, sobre as ruínas da Sociedade antiga, constituiu neste país a Sociedade moderna, fui eu, se não me engano, o primeiro que proclamei a possibilidade e a necessidade de conciliar o amor dos foros de homens livres com a veneração às tradições gloriosas e santas do passado, ao que neste havia grande e belo e que era muito [...]. A Sociedade moderna, salvando as relíquias de tais memórias, vinha a ser, ainda nisto, de certo modo revolucionária [...]». Carta dirigida a José Maria Latino Coelho, Alexandre Herculano, *Cartas I*, Lisboa, Bertrand, s.d., pp. 262-263 (vide Doc. I).

¹² Alexandre Herculano referiu-se, nos seus antigos estudos, ao Mosteiro da Batalha, ao Convento do Carmo, à Catedral de Lamego, ao Memorial de Odivelas, ao Convento de S. Domingos de Benfica, ao Mosteiro de Odivelas e ao Túmulo de D. Dinis, ao Mosteiro do Paço de Sousa e Túmulo de Egas Moniz, ao Paço das Necessidades, a Santa Maria de Oliveira e ao Castelo de Guimarães, aos Paços dos Duques de Bragança, à Sé Catedral do Funchal, à Igreja de S. Domingos e ao Convento de S. Francisco de Santarém (bem como aos Túmulos de D. Constança e do rei D. Fernando), à Porta de Valada e Arco de Palhais, em Santarém, ao Presépio da Cartuxa, em Laveiras, à Torre do Castelo de Moncorvo, às Igrejas de S. Francisco de Lisboa e Porto, ao Convento de Mafra, à Cerca fernandina de Lisboa, à Igreja de Cedofeita, ao Mosteiro dos Jerónimos, à Sé de Lisboa e ao património artístico de Coimbra.

¹³ Cf. «Poesia: Imitação – Belo – Unidade», in *Repositório Literário*, 1835; «Da Arte (Fragmentos)», in *Jornal do Conservatório*, n.º 4, de 29 de Setembro de 1839, pp. 28-32, publicado sob pseudónimo e «Arte Antiga», série de dois artigos não assinados em *O Panorama*, I, 3.ª série, n.ºs 11 e 12 de 14 e 21 de Novembro de 1846, pp. 81-82 e 90-91.

¹⁴ Cf. *O Panorama*, artigo «A Architectura Gótica», cit. nota 3.

¹⁵ Cf. «Poesia: Imitação – Belo – Unidade», in *Opúsculos* (ed. crítica cit.), Lisboa, Presença, 1986, p. 33.

¹⁶ Cf. «Da Arte (Fragmentos)», art. cit.

¹⁷ Ver artigo referido em *O Panorama*, idem, ibidem.

¹⁸ Idem, ibidem. Sobre os Jerónimos, Alexandre Herculano afirmou ao seu amigo Comte A. Raczinsky que a arquitectura do Mosteiro era sinal da resistência do estilo gótico contra o estilo de Francisco I.

¹⁹ De Herculano, ver ainda, «Duas Épocas e Dois Monumentos ou a Granja Real de Mafra» (1843) e a «Escola Politécnica e o Monumento» (1843), publicados na edição crítica citada, vols. II (Lisboa, Presença, 1983) e III (Lisboa, Presença, 1984), cujos textos permitem esclarecer as suas ideias acerca dos monumentos e a sua inserção lógica na sociedade que os produziu.

²⁰ Joaquim Barradas de Carvalho, *As Ideias Políticas e Sociais de Alexandre Herculano*, 2.^a ed., Lisboa, Seara Nova, 1971, p. 25.

²¹ O primeiro inspector francês foi Ludovic Vitet (1830-1834). Cf. Ministère de la Culture, *Patrimoine et Protection, Exposition*, Paris, s.d.

²² A obra foi editada em Munique, em cinco volumes e um atlas.

²³ Os principais conceitos de Viollet-le-Duc foram estabelecidos no seu *Dictionnaire raisonné d'architecture française du XI^{ème} au XVI^{ème} siècle*, 11 vols., Paris, B. Bance, p. 1854 e segs. As suas obras paradigmáticas foram a Notre-Dame de Paris e o castelo de Pierrefonds (cf. para este caso *Description & Histoire du Chateau de Pierrefonds*, 11.^a ed., Paris, 1883).

²⁴ Lisboa, Imprensa Nacional, 1861-1863. Em França, a Comissão dos Monumentos Históricos encomendou, a partir de 1851, a cinco fotógrafos uma missão heliográfica com cobertura em todo o país.

²⁵ Acautelava-se especialmente a recolha de espécimes de numismática a depositar em Gabinete específico da Biblioteca Nacional.

²⁶ Os monumentos tratados por Mendes Leal foram o Castelo de Almourol, o Mosteiro dos Jerónimos, o Paço acastelado da Pena, em Sintra, S. João de Alporão, a Basílica de Santa Maria e a Torre de S. Vicente de Belém. Cf. a apreciação crítica de Herculano em *Cartas I*, ob. cit., pp. 261-264.

²⁷ Ob. cit., Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 41, «No Orçamento do Estado apenas se encontra uma pequena verba para a conservação da Batalha, verba donde sai o custeio das reparações mais urgentes e a despesa com o diminuto pessoal ali empregado. Por isso de todos os monumentos nacionais é este o único que está tratado com o cuidado que pedem aqueles responsáveis testemunhas de outras eras». No que respeita à colecção de pintura, cf. «Relatório do Exame da Comissão Encarregada da Vistoria», em 1869, in *Diário do Governo*, n.º 118, parcialmente publicada no opúsculo de Sousa Holstein. A Comissão de vistoria era composta por Francisco Assis Rodrigues, João Pires da Fonte, Miguel Ângelo Lupi, João Cristino da Silva, Tomás José da Anunciação, Alfredo Augusto da Costa Camarate e António Augusto de Aguiar, os quais afir-

mam a dado momento que «a par da responsabilidade e dos deveres do homem público está no artista o amor pela arte e pelos seus monumentos» (p. 53).

²⁸ Cf. Ignácio de Vilhena Barbosa, *Monumentos de Portugal*, Lisboa, Castro, Irmão Editora, 1886, pp. 13 e 61. O estudo de Albuquerque intitula-se *Memória Inédita acerca do edifício monumental da Batalha* e foi impresso em Leiria, em 1854. Trata-se da primeira monografia conhecida sobre um monumento histórico. Mouzinho de Albuquerque apresentou à Academia das Ciências uma relação de conventos extintos com proposta de classificação.

²⁹ Cf. Mendes Leal, ob. cit., p. 191.

³⁰ Cf. Mendes Leal, ob. cit., p. 54, 66-71 e Silva, *Memoire Descriptif du projet d'une restauration pour l'église monumentale de Belem, et modele fait pour l'Exposition Universelle de Paris*, Typ. de Gazette de Portugal, 1867.

³¹ Vilhena Barbosa, ob. cit., p. 264. Vide também a Colecção de Plantas e desenhos do AHMOP, referente ao Mosteiro executadas por José Carlos Conrado de Chelmsicki, 1860-1861.

³² Mendes Leal, ob. cit., p. 91.

³³ Sobre o restauro de S. João de Alporão, cf. *Relatórios da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Santarém* dos anos de 1879 a 1885 (B. M. Santarém-D 444).

³⁴ Vilhena Barbosa, ob. cit., p. 108.

³⁵ *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes*, pp. 41-42.

³⁶ Vilhena Barbosa, ob. cit., p. 177.

³⁷ Vilhena Barbosa, idem, ibidem, p. 382.

³⁸ José-Augusto França, ob. cit., vol I, pp. 105, 107, 219, 223, 242, 250, 298, 317, 319-21, 325, 335, 361, 371-3, 384, 396, 426, 428, 467, vol. II, pp. 13, 18, 22, 74, 184, 195, cf. ainda Júlio de Castilho, *Elogio Histórico do Architecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva*, Lisboa, Typ. da Acad. das Sciencias, 1897.

³⁹ Não tem sido muito evidenciada a obra arqueológica de Possidónio da Silva. Cf. em especial *Mémoire de l'Archeologie sur la véritable signification des signes qu'on voit gravés sur les anciens monuments du Portugal*, Lisboa, 1867; *Notice historique et artistique des principaux édifices religieux du Portugal*, Lisboa, 1873; *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa, Lallement Frères, 1878; *Resumo Elementar de Archeologia Cristã*, Lisboa, Lallement, 1887.

⁴⁰ A Comissão de Março de 1870 (Portaria de 22 de Março) parece-nos ser o mais antigo grupo de trabalho criado para o efeito.

De Alexandre Herculano à Carta de Veneza

⁴¹ A Comissão constituída em 10 de Novembro de 1875 era presidida pelo Marquês de Sousa Holstein e tinha como secretário Luciano Cordeiro. Compunha-se ainda dos Condes de Samodães e Valbom, de António Augusto Teixeira de Vasconcelos, de Augusto Filipe Simões, de Teixeira de Aragão, de Possidónio da Silva e de José Maria Nepomuceno, entre outros.

⁴² Sob a presidência de José Silvestre Ribeiro, a Comissão da Real Associação era composta por António Pedro de Azevedo, Possidónio da Silva, Augusto Carlos Teixeira de Aragão, Valentim José Correia e Ignácio Vilhena Barbosa. O relatório que precede a listagem constitui uma pequena história da antiga legislação portuguesa. Cf. D. G. 19/VII/1881. Vilhena Barbosa, companheiro de Possidónio, via agora, como relator da Comissão, coroada a sua vida ao serviço dos monumentos históricos.

⁴³ Cf. Joaquim Possidónio Narciso da Silva, *Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionais. Apresentado ao Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria pelo Presidente da Referida Comissão em 1884*, Lisboa, I. N., 1894. A portaria que criou a Comissão foi devida a Hintze Ribeiro a partir da iniciativa de Júlio Mardel, cf. José Augusto França, ob. cit., p. 74.

⁴⁴ José Augusto França, ob. cit., pp. 74 e 439, n.º 175. A comissão era composta por Conde de Almedina (presidente), T. A. Fonseca, Manuel de Macedo, A. J. Nunes, Silva Porto, J. L. Monteiro, Sousa Viterbo e Ramalho Ortigão. França atribui a redacção do livro *O Culto da Arte em Portugal* (1896) de Ramalho Ortigão, à possibilidade que este intelectual da geração de 70 teve de compulsar os documentos analisados pela Comissão onde era relator.

⁴⁵ Gabriel Pereira, *Monumentos Nacionais*, I (pp. 11-14) e II (pp. 3-11), Lisboa, Tipografia d'O Dia, 1900-1902. O Regulamento foi publicado na D. G. de 28 de Fevereiro de 1894. A Comissão compunha-se de dez membros em 1894, passando, em 1897 para vinte e sete membros.

⁴⁶ O Plano orgânico foi subscrito por Elvino de Brito em 9 de Dezembro de 1898. O Conselho tinha a seguinte composição: Abel Botelho, Alberto Pimentel, Anselmo Braamcamp Freire, Augusto Fuschini, Augusto Simões de Carvalho, A. Vieira da Silva, conde Bertandos, Fernando de Serpa Pimentel, Fernando Larcher, Francisco de Sousa Viterbo, Gabriel Pereira, Ramalho Ortigão, Ferreira Chaves, Veloso Salgado, Júlio Mardel, Lino de Assunção, Luciano Cordeiro, Luís Monteiro e o Visconde de Castilho.

⁴⁷ Gabriel Pereira, «Restaurar e Conservar» in *Arte Portuguesa*. Cf., também, França, ob. cit., vol. II, p. 76.

⁴⁸ *Memória sobre a Sé Catedral da Guarda e sua Possível Restauração, elaborada pelo architecto Rozendo Carvalheira*, dois volumes, 1897, manuscrito com fotografias do autor (AHMOP) e A. Augusto Fuschini, *A Architectura Religiosa na Idade Média*, Lisboa, 1904.

⁴⁹ Conselho dos Monumentos Nacionais, *Classificação dos Monumentos Nacionais*, Lisboa, Imprensa, 1909 (BMS, GAV 4/117).

⁵⁰ D. G. n.º 124 de 24 de Maio de 1911. O Decreto é assinado por Teófilo Braga, António José de Almeida, Bernardino Machado, José Relvas, António Xavier Correia Barreto, Amaro de Azevedo Gomes, Manuel de Brito Camacho.

⁵¹ Sobre os Conselhos da Arte e Arqueologia, cf. Jorge Custódio, «Património, Sociedade e Ideologia: Algumas reflexões para a construção do "Futuro do Pretérito"», in *Vértice*, n.º 440, Julho/Agosto, 1982, pp. 488-506.

⁵² Vimos o papel da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, mas torna-se indispensável estudar o que pelo património cultural foi feito pelo Instituto de Coimbra, a Sociedade Arqueológica Lusitana, a Sociedade Martins Sarmento, o Instituto Arqueológico do Algarve e outras associações culturais de carácter local.

⁵³ Sobre esta Comissão, cf. Francisco Nogueira de Brito, *Arqueologia Scalabitana, Relatório da Excursão que a Associação dos Arqueólogos Portugueses fez a Santarém no dia 9 de Julho de 1916*, separata, Lisboa, Casa Portuguesa, 1917. A sua importância local foi determinante para a classificação dos imóveis referidos no Decreto n.º 3027 de 14 de Março de 1917 e do Decreto n.º 6644 de 27 de Maio de 1920 (Igreja de Almoester e ruínas do respectivo claustro) e, ainda, da Torre Relógio (cabaceiro).

⁵⁴ A esta associação se deve uma revista de grande nível científico.

⁵⁵ O Instituto do Minho foi fundado em 1916 e a Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, em 1882.

⁵⁶ Trata-se do Decreto n.º 20 985 que esteve em vigor durante o regime salazarista e que em alguns aspectos, de natureza concepcional e orgânica, ainda não foi revogado. No tempo da I República, foi publicado o Decreto n.º 1700 de 18 de Dezembro de 1924 (Manuel Gaspar de Lemos e Eduardo Ferreira dos Santos Silva) para regulamentar a lei de 1911 e coordenar os princípios básicos do relatório que antecede aquele decreto fundamental.

⁵⁷ Ver decreto citado.

⁵⁸ Só em 1949 é que se cria a categoria referida (Lei n.º 2032 de 11 de Junho de 1949), atribuindo-se às Câmaras Municipais

determinadas competências na salvaguarda do património artístico municipal.

⁵⁹ *I Congresso da União Nacional (1934)*, vol. IV, Lisboa, UN, 1935 e, ainda, Boletim da DGEMN, *Leça do Bailio*, 1935, pp. 9 a 20.

⁶⁰ Um outro aspecto que nos parece ser positivo nesta fase, foi o de, pelo menos, se optar definitivamente (na maior parte dos casos), pela solução arquitectónica encontrada, evitando assim o fazer e o desfazer que foi prática dos restauros, desde o último quartel do século XIX, até 1929.

⁶¹ Opinião expressa numa Conferência proferida na Igreja da Graça, em Santarém, em 1980.

⁶² Em 1956 a UNESCO adoptou uma Recomendação internacional com o objectivo de definir os princípios internacionais a aplicar em matéria de escavações arqueológicas.

⁶³ Cf. *Zonas Especiais de Protecção* (comp. de José Manuel de Silva Passos), Lisboa, A. A. P., 1989.

⁶⁴ *Inventário Artístico de Portugal*. nove volumes publicados entre 1943 e 1978. Distritos de Portalegre, Coimbra (cidade), Santarém, Coimbra (distrito), Leiria, Aveiro (zona Sul), Évora (cidade e concelho), Évora (zona ocidental e sul). Colaboraram no Inventário Luís Keil, Virgílio Correia, Nogueira Gonçalves, Gustavo de Matos Sequeira e Túlio Espanca. A Academia editou desde 1932 um Boletim: 1.^a série, 1932-1947, 2.^a série, 1948-1978.

⁶⁵ Na sequência da participação portuguesa em Veneza, Portugal foi sede da IX Reunião Científica do I. B. I., com o tema «Da Carta de Veneza ao Restauro dos Castelos», presidida por Piero Gazzola. Portugal filia-se no ICOMOS. Vide *Institute Internationale des Chateaux Historiques*, IBI, *Bulletin* n.º 25 e 26, Rosendaal, 1969. No sentido da internacionalização realiza-se em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, o *Congresso para a Salvaguarda das Paisagens e dos Sítios Históricos*, 1969.